



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26892/2024
Data do Início	18/12/2024
Folha	46
Rubrica	<i>JP</i>

REF: Recurso da empresa PAMFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA referente ao Pregão Eletrônico 34/2024.

Sobre o recurso apresentado pela empresa **PAMFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Que sua contrarrazão não foi analisada.
- Que foi equivocadamente inabilitada.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

A recorrente alega que apresentou contrarrazões em momento oportuno deste processo licitatório e a mesma não foi observada por esta coordenadoria; argumenta, ainda, que atendeu rigorosamente às exigências editalícias referentes à capacidade técnica e que foi equivocadamente inabilitada por essas questões.

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

Referente à não análise da contrarrazão, importante salientar que esta não foi, e jamais seria, feita de forma proposital, como a ora recorrente quer dar a entender. Esta Coordenadoria preza pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e isonomia e conduz todos os seus atos em conformidade com os mesmos, buscando sempre melhor atender aos interesses da administração pública, garantindo que as contratações públicas sejam realizadas de forma justa e imparcial, evitando qualquer tipo de irregularidade ou desvio de conduta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26892/2024
Data do Início	18/12/2024
Folha	47
Rubrica	J

O que ocorreu, de fato, foi que o sistema do COMPRASGOV mudou o layout da página utilizada pelos servidores desta CPL, resultando no equívoco exposto na peça recursal – a não análise da contrarrazão da empresa PAMFARMA.

Contudo, quando da sessão reaberta, foi oportunizado à empresa a análise de sua contrarrazão e, também, permitido que enviasse os atestados corretos, englobando os itens de maior relevância solicitados no instrumento convocatório e, apesar disso, nada foi apresentado. Ou seja, a ora recorrente teve oportunidade de corrigir os atestados entregues e ainda assim não o fez porque não os tem. Caso tivesse apresentado os atestados adequados, a mesma teria se mantido vencedora do certame.

Sucedese que, a empresa PAMFARMA, está tentando defender, nesse momento, que os itens de maior relevância estão cerceando a competitividade do processo licitatório em questão, mas esse questionamento deveria ter vindo em sede de impugnação do edital. Ao não fazer isso, a referida empresa aceitou a regra estabelecida pelo edital e agora quer mudá-la. Todavia, já se perdeu o direito de contestar.

Há de se reforçar, ainda, que, com ou sem apresentação de contrarrazão, a fase de habilitação seria retroagida da mesma maneira em virtude da análise documental ter sido feita em desacordo com a regra prevista no edital, qual seja, itens de maior relevância.

Como disposto na resposta do recurso anterior, esta Coordenadoria entendeu que houve erro no momento de análise da habilitação da empresa apontada como vencedora, em relação aos atestados de capacidade técnica. E, com fundamento no Princípio da Autotutela, esta CPL realizou a retroação da fase de habilitação, anulando seus atos.

“O princípio da autotutela administrativa significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever os seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revoga-los por questões de conveniência e de oportunidade, conforme previsão contida nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como no art. 53 da Lei 9.784/1999.

(...)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26892/2024
Data do Início	18/12/2024
Folha	48
Rubrica	Jd

A autotutela administrativa encontra limites importantes que são impostos pela necessidade de respeito à segurança jurídica e à boa-fé dos particulares. ” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, Curso de Direito Administrativo, 9. Ed., Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021)

Quanto à incorreta análise dos documentos de qualificação técnica, observemos o disposto no item 13.1.E.2, qual seja:

“ (E.2) - As empresas LICITANTES deverão apresentar 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido no mínimo 10% (dez por cento) dos itens abaixo elencados. ”

Não compete a esta coordenadoria elencar os itens de maior relevância nem opinar sobre a escolha dos mesmos. Essa é uma decisão que cabe exclusivamente à Secretaria Requisitante, que é quem possui expertise técnica quanto ao assunto.

Considerando os recentes posicionamentos, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26892/2024
Data do Início	18/12/2024
Folha	49
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Em seu próprio recurso, a ora recorrente, afirma que “comprova sua capacidade técnica para fornecimento de medicamentos em geral, sendo irrelevante a entrega de um princípio ativo específico.” Contudo, equivocasse, visto que foram listados os medicamentos de maior relevância e a mesma não os atendeu e, em caso de não concordância a essa regra, que tivesse impugnado o edital.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que é quem detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta coordenadoria analisar as questões apresentadas, uma vez que não detemos de conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão.

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa JAC MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA apresentou tempestivamente suas alegações.

V – CONCLUSÃO

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa coordenadoria opina pelo **INDEFERIMENTO**. No entanto, quanto à questão de Qualificação Técnica, considerando a matéria abordada pela Recorrente e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação da Secretaria Requisitante.

Em 23/12/2024.

[assinatura]

DJALMA ALVES DA SILVA
Pregoeiro